



POLÍCIA FEDERAL
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 08400.003060/2023-88

Processo nº 08400.003060/2023-88

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).

1.1. **Aquisição de PINS METÁLICOS**, a fim de atender às demandas de segurança de dignitários sob a responsabilidade da Polícia Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	"Botton" metálico tipo "pin" para lapela, com insígnia da Polícia Federal, confeccionado em fundição de alta precisão, em alto e baixo relevo, conforme arte anexa.	150420	UN	1.000	R\$ 33,10	R\$ 33.100,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) mês contados do recebimento da Nota de Empenho pela empresa CONTRATADA**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Logo da entrega completa do material, findar-se-á o prazo de contratação, já que se trata de fornecimento de bem de natureza não contínua.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5 **A empresa participante deverá apresentar a proposta conforme o modelo proposto em anexo, registrando no Sistema o PREÇO TOTAL.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’ DA LEI N. 14.133/2021).

2.1. De acordo com o Art. 12 do Anexo I do Decreto Nº 11.400, de 21 de janeiro de 2023, compete à **Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente da República**, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e os demais órgãos com atribuições na área de segurança, zelar pela segurança imediata:

I - do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;

II - dos familiares do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, quando solicitado; e

III - de outras autoridades federais, excepcionalmente, quando determinado pelo Presidente da República.

2.2. Paralelamente, a Portaria 14.457-DG/PF, de 13 de janeiro de 2021, estabeleceu normas e procedimentos para a criação dos Grupos de Segurança de Dignitários (GSDs) no âmbito das Superintendências Regionais de Polícia Federal, especificando, em seu art. 2.º, a responsabilidade dos GSDs em executar ações de proteção à pessoa, mediante demanda da Coordenação de Proteção à Pessoa (CPP/DIREX/PF) dirigida à Superintendência Regional, em favor de chefes e vice-chefes de Governos ou Estados, em visita aos Estados; autoridades estrangeiras representantes de Governos, Estados ou Organismos equiparáveis, em visita oficial ao país, quando solicitado pelo Ministério das Relações Exteriores; autoridades estrangeiras, em visita oficial ao país, por determinação do diretor-geral da Polícia Federal; ministros de Estado brasileiros, em missões oficiais no país, quando solicitado por seu respectivo Ministério; chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário brasileiros, em missões oficiais no país, quando solicitado pelo Gabinete correspondente; candidatos à Presidência da República; vítimas e testemunhas ameaçadas; magistrados e membros do MP em situação de risco decorrente do exercício da função.

2.3. Tendo em vista a missão institucional de Segurança de Dignitários e Proteção à Pessoa, que deve ser desempenhada com a máxima excelência possível, é imprescindível que os membros do GSD sejam capacitados técnica e operacionalmente. Tanto é assim que a Portaria 14.457/2021 previu a capacitação básica a ser exigida dos membros do GSD. Além de treinamentos em diversas áreas operacionais - Pronto-Socorrismo, Direção Operacional, Armamento e Tiro, Defesa Pessoal Policial, sem prejuízo de outras - a atividade de Segurança de Dignitários exige boa apresentação dos policiais (vestimentas adequadas, padronizadas, confortáveis, seguras, discretas), bem como equipamentos táticos que atendam às especificidades da atividade, mencionando-se, ainda, materiais de primeiros socorros para atender a eventuais emergências durante a execução dos trabalhos com autoridades e/ou depoentes especiais.

2.4. Corroborando essa ideia, a Coordenação de Proteção à Pessoa elaborou a Recomendação Técnica 001/2021-CPP/DIREX/PF, versando sobre a padronização do vestuário do policial federal em ações de proteção à pessoa, sugerindo equipamentos para o desempenho de tal atividade.

2.5. As considerações expendidas naquela Recomendação são de suma importância para se compreender a necessidade da presente demanda, razão pela qual aqui as transcrevemos:

"Considerando que a padronização do traje funcional é uma ferramenta que vem demonstrar profissionalização no ambiente de trabalho e constrói a imagem da instituição e seus operadores;

Considerando que o zelo e o capricho de cada integrante da atividade de segurança de dignitário e proteção à pessoa, com a sua apresentação individual e com as peças dos trajes padronizados, são demonstração do ânimo profissional e, principalmente, respeito ao cargo/função que ocupa no desenvolvimento de sua atividade;

Considerando que o traje funcional é símbolo de autoridade, sendo seu uso correto primordial na apresentação individual e coletiva desta Polícia Federal, constituindo importante fator para o fortalecimento da disciplina, do desenvolvimento de espírito de equipe e do bom conceito da organização junto à opinião pública;

Considerando que determinados equipamentos/materiais podem efetivamente tornar a atividade desenvolvida de proteção à pessoa mais eficiente e segura; (...)"

2.6. Com a proximidade das eleições presidenciais, e ante o cenário político-econômico atual, que demonstra a probabilidade de acirramento de ânimos, é certo que a Polícia Federal, pelos GSDs, especialmente, será bastante demandada em 2022. Afigura-se, pois, de suma importância que seja providenciada a aquisição de materiais que propiciem aos policiais conforto, segurança, eficiência no cumprimento da missão institucional.

2.7. Dessa forma, o objetivo desta aquisição é facilitar a identificação visual dos dirigentes, coordenadores, operadores e demais servidores da Polícia Federal quando no exercício das atividades inerentes à Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente da República e ao GSD em Pernambuco, propiciando o imediato reconhecimento pelos Agentes de Segurança tanto nas dependências internas da Polícia Federal e da Presidência da República, quanto em atividades externas.

2.8. Assim também, a aquisição visa a identificação de todos os servidores policiais quando em trajes formais, notadamente em serviços externos, quando é necessária a imediata identificação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')

3.1. O "pin" deve ser confeccionado seguindo as especificações contidas no "Manual de Uso de Aplicação do Emblema da Polícia Federal", anexo a este TR.

3.2. Tamanho 20 mm de largura (parte mais larga do Emblema da Polícia Federal) por 25 mm de altura (parte mais alta do Emblema da Polícia Federal), respeitando-se rigorosamente as proporções contidas na página 12 do Manual supracitado, relativa à "Diagrama e Proporção", e espessura mínima 1,5 mm.

3.3. O "pin" será confeccionado em chapa de metal nobre (latão) com espessura mínima de 1,5 mm, formato recortado, bordas com acabamento para alisamento dos canos vivos de corte, tendo ao verso um pino e uma trava anti-giro, ambos em latão, soldados acima do ponto médio de gravidade central, o qual mede 6,0 mm de comprimento x 1,0 mm de diâmetro, com cavidade estrategicamente situada na ponta para travamento da presilha metálica borboleta (*greap - fastner*).

3.4. Deve ser confeccionado em duas dimensões (2D) e em três dimensões (3D), sendo as partes coloridas tingidas por esmalte apropriado, de maneira que o Brasão das Armas esteja em 3D e o restante em 2D.

3.5. Todas essas peças devem passar por banho eletroquímico, desengraxante níquel-ouro, de forma a depositar na peça fina camada de banho dourado.

3.6. Os "pins" deverão ter numeração impressa na sua parte traseira (com 4 algarismo, máscara de entrada XXXX).

3.6.1. Essa numeração deverá ser em baixo relevo e em cor preta para realçar as informações contidas e será informada no momento da emissão da ordem de fornecimento solicitando o item.

3.7. Deve acompanhar trava tipo borboleta e trava de silicone.

3.8. Devem ser acondicionados cada "pin" e suas respectivas travas em saco plástico individualizado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Os materiais utilizados deverão ser de boa qualidade e durabilidade, além de obedecerem às exigências de sustentabilidade ambiental, principalmente no tocante às tintas e ao metal utilizado.

4.1.2. Da exigência de amostra:

4.1.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.2.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

a) Item 1: Boton metálico tipo "pin" para lapela, com insígnia da Polícia Federal, confeccionado em fundição de alta precisão, em alto e baixo relevo.

4.1.2.3. As amostras poderão ser entregues no endereço: Praça dos Três Poderes - Palácio do Planalto - Anexo 1, Ala A, Sala 117, Telefone: (61) 3411-3469, CEP 70150-900, Brasília/DF, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.2.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.2.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.2.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Item 1: qualidade do desenho 3D; qualidade dos desenhos em 2D; qualidade da pintura em esmalte; cumprimento dos parâmetros de proporção e cores previstos no "Manual de Uso de Aplicação do Emblema da Polícia Federal", anexo a este TR; ausência de falhas de construção e falhas nos tratamentos do metal, exigindo-se que estejam uniformes em toda a peça, inclusive no verso e no pino.

4.1.2.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.2.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.2.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.1.2.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.1.2.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Trata-se de fornecimento de material comum e de pequena monta.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI N. 14.133/2021).**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Praça dos Três Poderes - Palácio do Planalto - Anexo 1, Ala A, Sala 117, Telefone: (61) 3411-3469, CEP 70150-900, Brasília/DF.**

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)**

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **6 (seis) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21)**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I. Apresentação de atestado (s) que comprovem pelos menos 20% (vinte por cento) do quantitativo previsto para a contratação, permitido o somatório de atestados; e

II. Experiência mínima de 1 ano no fornecimento de material de mesma natureza.

8.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela dotação anexa aos autos.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Recife-PE, na data da assinatura eletrônica.

APF INALDO NASCIMENTO DE LIMA SILVA

Agente de Polícia Federal

Membro do Grupo de Segurança de Dignitários

DESPACHO

Considerando que o objetivo da aquisição é facilitar a identificação visual dos servidores (operadores de Segurança de Dignitários, coordenadores, dirigentes e demais servidores da Polícia Federal), propiciando o imediato reconhecimento pelos Agentes de Segurança tanto nas dependências internas da Polícia Federal, quanto em atividades externas.

Considerando a necessidade de melhor estruturar o setor de segurança de dignitários e demais setores que necessitem de identificação visual individual.

APROVO o presente Termo de referência e JUSTIFICO a necessidade da aquisição para atender à Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.

DANIEL SILVESTRE DE LIMA

Delegado de Polícia Federal
Ordenador de Despesas Substituto



Documento assinado eletronicamente por **INALDO NASCIMENTO DE LIMA SILVA, Agente de Polícia Federal**, em 18/05/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SILVESTRE DE LIMA, Superintendente Regional em Exercício**, em 23/05/2023, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28839418** e o código CRC **DD31DA64**.